

# CARGO: TÉCNICO LEGISLATIVO

## PERÍODO TARDE

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

**Atenção: Confira seu cargo e leia todas as instruções constantes no seu Caderno de Questões e Folha de Respostas.**

1. Seu caderno deve conter 40 (quarenta) questões, com 04 (quatro) alternativas, assim dispostas:

| Disciplina                                | Composição |
|---|------------|
| Língua Portuguesa                         | 1 a 10     |
| Conhecimentos Gerais/Legislação Municipal | 11 a 20    |
| Conhecimentos Específicos                 | 21 a 40    |
| Discursiva                                |            |

2. A Prova terá duração de 4h (quatro horas), incluindo preenchimento da Folha de Respostas e da Versão Definitiva da Prova Discursiva.
3. Após sua identificação, você deverá permanecer dentro da sala, sendo permitida a saída somente acompanhado de um fiscal e após 30min (trinta minutos) do início da prova.
4. Para uso do sanitário e/ou beber água, você deverá solicitar ao Fiscal de Sala e somente levantar após autorização.
5. O candidato só poderá sair da sala em definitivo após 1h (uma hora) do início da prova.
6. Ao deixar a sala definitivamente, não poderá utilizar o sanitário dos candidatos que ainda estão realizando prova, e só poderá levar o Caderno de Questões restando 1h (uma hora) para o final da prova.
7. Enquanto estiver realizando a Prova é proibido utilizar materiais de consulta, livros, apostilas, calculadoras, régua, quaisquer equipamentos eletrônicos, chapéus, bonés, e/ou similares, conforme constante no edital de abertura. Caso o fiscal constate alguma irregularidade irá anotar em Ata da Sala, para devidas providências da Comissão Organizadora.
8. Sobre sua carteira deverão permanecer somente documento oficial original com foto, caneta de tinta azul ou preta, Caderno de Questões, Folha de Respostas e Versão Definitiva da Prova Discursiva.
9. Você poderá utilizar seu Caderno de Questões para rascunho.
10. Você receberá do Fiscal de Sala a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Discursiva. Confira seus dados e em caso de erro, chame o fiscal. Após conferir, **assine no campo destinado à assinatura do candidato em ambas as folhas**. Em hipótese alguma elas serão substituídas caso o candidato dobre, amasse, rasgue ou molhe. Cuidado, pois esses serão os únicos documentos válidos para correção.
11. Caso algum equipamento eletrônico emita som, mesmo que desligado e lacrado no plástico de pertences, o candidato portador do equipamento será automaticamente eliminado do concurso.
12. Transcreva suas respostas para Folha de Respostas e Versão Definitiva da Prova Discursiva com caneta de tinta azul ou preta. **Atenção:** verifique na Folha de Respostas a forma correta de preenchimento.
13. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada, em branco ou preenchidas de forma diferente das instruções serão anuladas.
14. Após terminar sua Prova avise o Fiscal, pois ele autorizará a entrega da sua Folha de Respostas, Versão Definitiva da Prova Discursiva e Caderno de Questões, se for o caso. O rascunho da Prova Discursiva será retido pelo Fiscal de Sala.
15. Caso algum candidato seja flagrado na tentativa de fraude, esse será automaticamente eliminado do Concurso, ainda sujeito a processo civil ou criminal.
16. Qualquer questionamento ou dúvidas devem ser feitos em voz alta ao fiscal.
17. Caso haja dúvida sobre alguma questão da prova, você deverá entrar com recurso no site do Instituto UniFil, no período determinado no cronograma do Edital de Abertura.
18. Os 03 (três) últimos candidatos deverão sair juntos da sala, após a conferência e lacre do material da sala.
19. Aguarde a autorização do Fiscal para iniciar sua Prova.



-----DESTAQUE AQUI-----

|           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |  |
|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|--|
| <b>01</b> | <b>02</b> | <b>03</b> | <b>04</b> | <b>05</b> | <b>06</b> | <b>07</b> | <b>08</b> | <b>09</b> | <b>10</b> | <b>11</b> | <b>12</b> | <b>13</b> | <b>14</b> | <b>15</b> | <b>16</b> | <b>17</b> | <b>18</b> | <b>19</b> | <b>20</b> |  |
|           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |  |
| <b>21</b> | <b>22</b> | <b>23</b> | <b>24</b> | <b>25</b> | <b>26</b> | <b>27</b> | <b>28</b> | <b>29</b> | <b>30</b> | <b>31</b> | <b>32</b> | <b>33</b> | <b>34</b> | <b>35</b> | <b>36</b> | <b>37</b> | <b>38</b> | <b>39</b> | <b>40</b> |  |
|           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |  |



# Língua Portuguesa

## Leia o texto para responder as questões.

Com ou sem máscaras? Entenda opção por uso do item no Brasil e no mundo

Alguns países já estão passando por alta de casos de COVID-19 e retomando o uso de máscaras em locais fechados. Já outros, confiam na vacinação avançada.

Por mais que alguns já usem o termo “pós-pandemia” para determinar que a alta de mortes pela COVID-19 já tenha acabado, muitos países continuam mantendo o uso de máscaras e as regras de distanciamento, sem nem planejar quando retirar a obrigatoriedade do equipamento de proteção. Já outros, abandonaram a obrigatoriedade do item de segurança e apenas o “recomendam”, o chamado uso facultativo.

Por mais que a vacinação contra a COVID-19 tenha avançado consideravelmente em muitos países, o relaxamento das normas de segurança acarretou uma alta no registro de casos. No Brasil, o crescimento do número de casos teve ajuda também da chegada do inverno, o que aumenta a incidência de doenças respiratórias.

O uso de máscara ainda é obrigatório nacionalmente, conforme a Lei nº 14.019, de 2 de julho de 2020. Porém, Estados e municípios têm liberdade para decidir sobre quais serão suas orientações de combate à pandemia. Nos Estados em que a proteção foi flexibilizada, os prefeitos têm a opção de manter a obrigatoriedade.

### Brasil

Desde março, 15 estados brasileiros e Brasília já tinham flexibilizado o uso de máscaras. Em Belo Horizonte (MG), o uso de máscaras chegou a ser totalmente dispensado em locais fechados e abertos, porém, devido à alta de casos principalmente em escolas, a máscara em locais fechados voltou a ser obrigatória até o dia 15 de agosto, de acordo com o decreto da Prefeitura de Belo Horizonte.

### Confira os outros estados:

- Obrigatório - Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Bahia, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Paraíba e Piauí.
- Obrigatório em locais fechados - Acre, Amazonas, São Paulo e Rio Grande do Sul
- Totalmente liberado - Roraima, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Alagoas e Santa Catarina
- Obrigatório em locais fechados de acordo com os indicadores da pandemia estabelecidos pela Secretaria de Estado de Saúde - Minas Gerais, Goiânia, Distrito Federal - Brasília, Espírito Santo e Maranhão.

Com a onda de flexibilização no Brasil, a Fiocruz divulgou um boletim afirmando que o relaxamento das medidas protetivas contra a COVID-19 é imaturo, mesmo que os casos e mortes estejam em queda e que a vacinação esteja avançando. Isso se deve ao fato da chegada de novas cepas do Coronavírus, principalmente. “Flexibilizar medidas como o distanciamento físico ou o abandono do uso de máscaras de forma irrestrita colabora para um possível aumento de casos, internações e óbitos, e não nos protege de uma nova onda”.

Uma medida muito comum entre os estados brasileiros e seus municípios devido a autonomia de decisões, tem sido o retorno do uso de máscaras em muitas cidades, mesmo sem que a capital esteja incluída, devido a casos pontuais. Um exemplo é a cidade de Rio das Pedras, perto de Campinas. A cidade retornou com a obrigatoriedade do equipamento de segurança em escolas da rede pública e privada, após uma alta de casos devido ao fato de que, durante as férias, muitas crianças tiveram

contato com pessoas de outras cidades, aumentando as chances de contágio.

Casos de retorno do uso de máscaras em municípios específicos, mesmo que o estado tenha liberado totalmente, também foram registrados na Bahia, Amazonas, Acre e Distrito Federal.

[...]

Disponível em:

[https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2022/07/28/interna\\_nacional,1383233/com-ou-sem-mascaras-entenda-opcao-por-uso-do-item-no-brasil-e-no-mundo.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2022/07/28/interna_nacional,1383233/com-ou-sem-mascaras-entenda-opcao-por-uso-do-item-no-brasil-e-no-mundo.shtml)

- De acordo com o texto, no Brasil:**
  - o uso de máscaras chegou a ser totalmente dispensado em locais abertos, e em seguida, em locais fechados, como bares e restaurantes e escolas.
  - o uso de máscara ainda é obrigatório nacionalmente, conforme lei. No entanto, estados e municípios têm a liberdade para decidir sobre as próprias orientações de combate à pandemia.
  - o uso de máscaras é totalmente dispensado em locais fechados desde que a pessoa tenha o “passaporte da vacina”.
  - o uso de máscara não é mais obrigatório em ambientes abertos e fechados, mas ainda é necessária a apresentação do cartão de vacina atualizado.
- Análise: “Durante os primeiros dois anos de pandemia, a estratégia de enfrentamento foi uma das mais eficazes do mundo” e assinale a alternativa que apresenta a classificação dos termos em destaque.**
  - Artigo; numeral; artigo.
  - Artigo; artigo; numeral.
  - Numeral; artigo; artigo.
  - Artigo; numeral; numeral.
- Análise o uso das aspas: “Já outros, abandonaram a obrigatoriedade do item de segurança e apenas o “recomendam”, o chamado uso facultativo” e assinale a alternativa correta.**
  - Para destacar um neologismo.
  - Para citar um nome de obra.
  - Para indicar uma expressão popular.
  - Para enfatizar discursos, palavras, expressões ou ironia.
- “Estados e municípios têm liberdade para decidir sobre quais serão suas orientações de combate à pandemia” analise e assinale a alternativa correta sobre o tipo de sujeito.**
  - Sujeito simples.
  - Sujeito oculto.
  - Sujeito composto.
  - Sujeito indeterminado.
- “Nós não nos preparamos para receber uma pandemia desse porte”. Assinale a alternativa correta sobre o pronome em destaque.**
  - Pronome possessivo.
  - Pronome reflexivo.
  - Pronome pessoal.
  - Pronome indefinido.

6. “No Brasil, o crescimento do número de casos teve ajuda da chegada do inverno, o que aumenta a incidência de doenças respiratórias.” Analise e assinale a alternativa correta quanto ao tipo de aposto presente na oração.
- Aposto explicativo.
  - Aposto enumerativo.
  - Aposto resumidor.
  - Aposto comparativo.
7. Assinale a alternativa que apresenta o ponto de vista da Fiocruz na flexibilização do uso de máscaras no Brasil.
- A flexibilização do uso de máscaras apenas nos ambientes fechados é consenso em toda a comunidade científica, levando em consideração a alta taxa de adesão da vacina.
  - Flexibilizar o uso de máscaras em ambientes fechados é aceitável, pois já é possível falar sobre controle total da pandemia, levando em consideração o baixo número de hospitalização.
  - A prioridade no momento é vacinar crianças e completar o esquema vacinal de quem ainda não o fez. Em seguida, não será mais necessário a vigilância epidemiológica para acompanhar os números e o eventual aparecimento de novas cepas.
  - O relaxamento das medidas protetivas contra a Covid-19 é imaturo, mesmo que os casos e as mortes estejam em queda, visto que o abandono de máscara e a falta do distanciamento social colabora para um possível aumento de casos.
8. “Infelizmente, no início da pandemia, o cenário foi bem desfavorável para o Brasil”. O advérbio sublinhado indica:
- intensidade.
  - afirmação.
  - modo.
  - dúvida.
9. “O Brasil tem uma lei que prevê a obrigatoriedade no uso de máscaras”. O sujeito da frase pode ser classificado como:
- simples.
  - indeterminado.
  - oculto.
  - composto.
10. “O relaxamento das normas de segurança acarretou uma alta no registro de casos”. Qual o tempo verbal do termo sublinhado?
- Presente.
  - Pretérito mais-que-perfeito.
  - Pretérito Perfeito.
  - Pretérito Imperfeito.
- de avaliação para o desempenho do cargo os seguintes requisitos:
- disciplina.
  - perfil de liderança.
  - assiduidade.
  - eficiência.
  - assertividade.
  - pontualidade.
  - responsabilidade.
  - idoneidade moral.
- Apenas quatro assertivas estão corretas.
  - Apenas cinco assertivas estão corretas.
  - Apenas seis assertivas estão corretas.
  - Apenas sete assertivas estão corretas.
12. De acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Tamarana, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa com a sequência correta.
- ( ) Para efeito de aposentadoria, computar-se-á integralmente o período de exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal.
- ( ) São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.
- ( ) Será considerado exonerado, o servidor que for preso em flagrante delito.
- F – F – V.
  - F – V – V.
  - V – F – V.
  - V – V – F.
13. De acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Tamarana, o servidor poderá obter licença, sem remuneração, para o trato de interesses particulares pelo prazo máximo de
- seis meses.
  - um ano.
  - dois anos.
  - três anos.
14. Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. Compete privativamente à Câmara, dentre outras atribuições:
- eleger as lideranças de cada partido e líder do Prefeito na câmara, bem como destituí-las, na forma regimental.
  - elaborar seu Regimento Interno.
  - dispor sobre sua organização, polícia interna, criação, transformação ou extinção de cargos e funções de seus serviços, e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros de lei.
  - conceder licença ao Prefeito e Vereadores, ou a seus substitutos no exercício do cargo.
  - autorizar o Prefeito a se ausentar do Município, por necessidade e para o desempenho de seu cargo, por mais de quinze dias.
- Apenas uma assertiva está incorreta.
  - Apenas duas assertivas estão incorretas.
  - Apenas três assertivas estão incorretas.
  - Apenas quatro assertivas estão incorretas.

## Conhecimentos Gerais / Legislação Municipal

11. Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de trinta e seis meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto

15. Assinale o tipo da comissão correspondente às características a seguir.

São de caráter técnico-legislativo ou especializado integrantes da estrutura institucional da Casa, que têm por finalidade apreciar as matérias ou proposições entregues ao seu exame e sobre elas se manifestar, observados os referidos campos temáticos e áreas de atuação específicas.

- a) Temporária.
- b) Excedente.
- c) Itinerante.
- d) Permanente.

16. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

Na emissão de pareceres jurídicos e contábeis os assessores, procuradores, advogados e contadores terão o prazo de \_\_\_\_\_ dias úteis para a sua emissão, salvo as disposições regimentais fixando prazo diverso.

- a) 2
- b) 3
- c) 5
- d) 10

17. Analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

Os Vereadores não poderão, desde a posse:

- I. ser proprietário ou diretor de empresa que goza de favor decorrente de contrato celebrado com o Município.
  - II. ausentar-se do município por mais de 15 dias sem a prévia autorização do Presidente da Câmara.
  - III. exercer outro mandato eletivo.
  - IV. pleitear interesse privado perante a Administração Municipal, na qualidade de advogado ou procurador.
- a) Apenas uma assertiva está correta.
  - b) Apenas duas assertivas estão corretas.
  - c) Apenas três assertivas estão corretas.
  - d) Todas estão corretas.

18. A Justiça Eleitoral lançou uma campanha direcionada especialmente a eleitoras e eleitores que estiverem fora do domicílio eleitoral no dia das eleições. A ideia é mostrar que essas pessoas podem participar da votação normalmente, desde que avisem a Justiça Eleitoral com antecedência e se enquadrem nas condições estabelecidas. Qual o nome da campanha mencionada?

- a) Voto Modificado.
- b) Voto Direcionado.
- c) Voto em Trânsito.
- d) Voto Condicional.

19. Com base em seus conhecimentos sobre o tema, o que é e-Título?

- a) É um aplicativo móvel para obtenção da via digital do título de eleitor. Ele permite o acesso rápido e fácil às suas informações junto à Justiça Eleitoral, tais como título de eleitor digital, situação eleitoral e local de votação.
- b) É um programa da Justiça Eleitoral para realização do voto de maneira on-line.
- c) É um site criado para obtenção da via digital do título de eleitor. Ele permite o acesso rápido e fácil às suas informações junto à Justiça Eleitoral, tais como: título de eleitor digital, situação eleitoral e local de votação.

d) É um aplicativo móvel para cadastro de candidatos no banco de dados da Justiça Eleitoral. Ele permite o acesso rápido e fácil para as pessoas que desejam se candidatar à mandatos eletivos visando o amplo acesso à população menos favorecida.

20. Juntamente com a produção do inhame, Tamarana se destacou recentemente na produção de outro item, segundo dados, a cidade chegou a gerar 1,8 milhão quilo do alimento por ano. Com base em seus conhecimentos, qual a cultura narrada no trecho acima?

- a) Gengibre.
- b) Alho.
- c) Milho.
- d) Soja.

## Conhecimentos Específicos

21. É o instrumento dado à administração pública para dirigir-se e atuar perante seus administrados sempre que necessite adquirir bens ou serviços dos particulares (NOVO, Benigno Núñez. 2019). A definição se refere a

- a) contrato de mútuo.
- b) contrato de cessão.
- c) contrato administrativo.
- d) contrato de promessa de fato de terceiro.

22. De acordo com a Lei de Licitações nº 8.666/93, constituem motivo para rescisão do contrato, exceto:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.
- b) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, independentemente se estiver previsto em edital e posteriormente no contrato.
- c) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados.
- d) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.

23. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa com a sequência correta sobre a transparência, controle e fiscalização.
- ( ) A transparência será assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- ( ) A fiscalização será realizada pelo Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, com metodologias editadas pelo conselho fiscal.
- ( ) A escrituração das contas públicas observará a disponibilidade de caixa, que constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.
- ( ) Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos da esfera Federal, estadual e municipal, Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo chefe do Poder Executivo.
- a) F – F – V – F.  
b) V – F – F – V.  
c) V – V – V – V.  
d) F – V – V – F.
24. Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos. Com base na narrativa acima, neste caso a licitação será
- a) dispensável.  
b) exigível.  
c) obrigatória.  
d) facultativa.
25. Assinale a alternativa correta. A Lei nº 14.133/2021 diz que encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior. Neste caso, a autoridade superior poderá
- a) revogar a licitação por qualquer motivo.  
b) revogar a licitação e proceder com a contratação direta qualquer que seja o valor do certame.  
c) proceder com anulação da licitação apenas mediante provocação, ainda que não presente ilegalidades insanáveis.  
d) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.
26. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 considera-se obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, aqueles cujo valor estimado supera determinado montante. Assinale a alternativa correta que indica esse valor.
- a) R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).  
b) R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).  
c) R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).  
d) R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).
27. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa com a sequência correta sobre o projeto de lei orçamentária anual.
- ( ) Conterá no projeto, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas fiscais.
- ( ) Será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- ( ) Será acompanhado das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- ( ) Conterá no projeto reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentária.
- a) V – V – V – V.  
b) F – F – V – F.  
c) V – F – F – V.  
d) F – V – V – F.
28. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. Considerando a responsabilidade dos agentes públicos, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
- II. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- III. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- IV. Em caso de falecimento do causador do dano, os sucessores não serão obrigados a reparar, ainda que exista herança.
- a) Apenas I e III estão corretas.  
b) Apenas I, II e III estão corretas.  
c) Apenas I e IV estão corretas.  
d) Todas estão corretas.
29. \_\_\_\_\_ é elaborado(a) anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo para o próximo ano. Ele(a) orienta a elaboração do(a) \_\_\_\_\_, baseando-se no que foi estabelecido pelo Plano Plurianual. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.
- a) Lei de diretrizes orçamentárias / Lei Orçamentária Anual  
b) Lei Orçamentária Anual / Plano Plurianual  
c) Lei Orçamentária Anual / Lei de diretrizes orçamentárias  
d) Plano Plurianual / Lei de diretrizes orçamentárias

30. Assinale a alternativa incorreta. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando
- imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções.
  - os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte.
  - decidam recursos administrativos.
  - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.
31. A licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, após declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, manifestar sua intenção de recorrer. Assinale a alternativa correta que indica o prazo de recurso para o pregão na modalidade eletrônica.
- 3 (três) dias.
  - 5 (cinco) dias.
  - 10 (dez) dias.
  - 15 (quinze) dias.
32. São modalidades de licitação, exceto:
- concorrência.
  - tomada de preços.
  - leilão.
  - concessão.
33. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que indica aqueles que não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente.
- Pessoa física ou jurídica que não possua impedimentos, seja pela justiça comum ou sanções administrativas.
  - O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
  - O empreiteiro que se incumbir de executar uma obra, segundo plano aceito por quem a encomendou, não terá direito a exigir acréscimo no preço, ainda que sejam introduzidas modificações no projeto.
  - Pessoa física ou jurídica, que independente de prazo, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil.
34. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.  
**De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), em até \_\_\_\_\_ após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o \_\_\_\_\_ estabelecerá a programação financeira e o cronograma de \_\_\_\_\_.**
- dez dias / Poder Legislativo / renúncia de receitas
  - vinte dias / Poder Legislativo / execução mensal de desembolso
  - trinta dias / Poder Executivo / execução mensal de desembolso
  - sessenta dias / Poder Executivo / renúncia de receitas
35. Trata-se do instrumento de planejamento que detalha a previsão dos recursos a serem arrecadados como impostos e outras receitas estimadas e a destinação desses recursos a cada ano. Ao englobar receitas e despesas, se considera peça fundamental para o equilíbrio das contas públicas e indica as prioridades do Governo para a sociedade. A definição se refere a
- orçamento público.
  - execução orçamentária.
  - gestão patrimonial.
  - controle de fiscalização.
36. De acordo com a Lei nº 8666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja
- sua revogação, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
  - sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
  - sua anulação, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
  - sua liquidação, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
37. A duração dos contratos regidos pela Lei nº 8666/93 ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários. Analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- Se excetuam à hipótese os relativos a projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório.
  - Se excetuam à hipótese os relativos a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.
  - Se excetuam à hipótese os relativos quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
  - Se excetuam à hipótese os relativos ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.
- Apenas I e III estão corretas.
  - Apenas I e II estão corretas
  - Apenas I, II e IV estão corretas.
  - Todas estão corretas.
38. Sobre nulidade do contrato administrativo, assinale a alternativa correta.
- A nulidade do contrato administrativo exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado.
  - A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
  - A nulidade do contrato administrativo constitui motivo para rescisão do contrato.
  - A declaração de nulidade do contrato administrativo opera imediatamente, não atingindo eventos passados.

**39. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, nas contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas em que fase?**

- a) Após assinado o contrato e verificada a necessidade.
- b) Antes de iniciar os serviços.
- c) Após iniciar os serviços se a autoridade local solicitar os licenciamentos.
- d) Antes da divulgação do edital.

**40. Considere que uma empresa foi penalizada em um procedimento licitatório, a qual foi declarada inidônea. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, considerando o caso hipotético mencionado, o prazo para reabilitação perante a autoridade que aplicou a pena será**

- a) transcorrido o prazo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade.
- b) transcorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da penalidade.
- c) transcorrido o prazo de 3 (três) anos da aplicação da penalidade.
- d) transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos da aplicação da penalidade.



# Instruções para a Prova Discursiva

De acordo com o Edital de Abertura:

12.4.1 O candidato terá sua redação avaliada com nota 0 (zero) se:

- a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto;
- b) não desenvolver o tema na tipologia textual exigida, isto é, desenvolver uma narração e/ou uma descrição, um poema ou outra tipologia/gênero;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis ou a tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) desenvolver o texto com menos de 15 (quinze) linhas ou mais de 25 (vinte e cinco) linhas;
- f) redigir seu texto com menos de 180 (cento e oitenta) palavras;
- g) não for apresentada na versão definitiva ou for entregue em branco ou desenvolvida com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens.
- h) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número, letra, sinais, desenhos ou códigos).

Redija um texto **dissertativo-argumentativo**, em norma padrão da língua portuguesa, expondo sua opinião sobre os impactos positivos e negativos a respeito da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018), que foi aprovada em 2018 e entraria em vigor a partir de 14 de agosto de 2020.

LGPD: o que é e para que serve a nova lei de proteção de dados

Compras online, atendimento em hospitais e diversos tipos de serviços serão impactados pela Lei Geral de Proteção de Dados. Elaborado em 2018, o projeto brasileiro vem na esteira de discussões sobre proteção de dados na Europa, amplamente divulgado com o avanço dos dispositivos digitais. A lei da União Europeia que protege dados pessoais entrou em vigor há mais de dois anos e aqueceu os debates no mundo todo.

No Brasil, uma Medida Provisória adiava o início da vigência da LGPD para 2021, mas o Senado converteu, no dia 26 de agosto, a MP no Projeto de Lei de Conversão 34/2020 e excluiu o artigo que definia o adiamento. Com a mudança, o novo conjunto de regras passa a valer a partir desta sexta-feira (18).

Apesar de as discussões sobre o tema já serem antigas, muitas dúvidas podem surgir entre as empresas e consumidores. Principalmente porque a lei vale para empresas de todos os setores e, por isso, vai mudar muita coisa nas relações de consumo. Por isso, o CNN Brasil Business tira as principais dúvidas sobre o tema:

## **LGPD: o que é?**

A Lei Geral de Proteção de Dados é a lei nº 13.709, aprovada em agosto de 2018. Ela cria normas para a coleta e tratamento de dados pelas empresas. O objetivo do projeto é assegurar a privacidade e a proteção de dados pessoais e promover a transparência na relação entre pessoas físicas e jurídicas.

O projeto garante que a coleta, o tratamento e a comercialização de dados pessoais serão feitos somente com a autorização dos titulares. Segundo o texto, o tratamento de dados pessoais pode ser realizado “mediante fornecimento de consentimento pelo titular por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular”.

## **Tipos de dados**

A lei se aplica a dados que podem identificar uma pessoa.

[...]

Os dados anônimos são importantes para as empresas que desenvolvem tecnologias como inteligência artificial e *machine learning*. No ano passado, por exemplo, a varejista de vestuário Hering, famosa por suas peças de roupas básicas, precisou explicar ao Idec o que fazia com os dados de reconhecimento facial que coleta em sua loja no Morumbi, em São Paulo.

[...]

## **Quem vai fiscalizar?**

A fiscalização e a regulação da LGPD ficarão a cargo da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD). Este é o órgão que vai definir punições em caso de descumprimento da lei.

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/lgpd-o-que-e-e-para-que-serve-a-nova-lei-de-protacao-de-dados/>

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



